# Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

ABDE EDITORIAL

ANO 40 – Nº 284 – Novembro/Dezembro de 2015

# Para onde vai o Brasil de hoje?

Otaviano Canuto, Luiz Gonzaga Belluzzo, Milford Bateman e Marcelo Neri falam sobre o presente e o que pode ser o futuro do país

Por Jader Moraes

# Reajustar o foco

Elza Fiúza/ABr

*O economista Marcelo Neri chegou a declarar, nos últimos anos, que o Brasil era o espelho do mundo – em termos, sobretudo, de ascensão dos mais pobres, ainda que a desigualdade permanecesse latente. Preocupado com a dimensão da crise política e também com as consequências da crise econômica nas regiões metropolitanas brasileiras, ele considera que, neste momento, ficamos para trás. Para um futuro mais próspero, o ex-ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República acredita que o país deve ampliar o foco ao olhar para a população mais pobre e sugere uma receita: depois de oferecer os pobres ao mercado de consumo, o país devia se esforçar para oferecer um "mercado decente" aos pobres.*

**Rumos – O microcrédito pode ser um instrumento de desenvolvimento econômico das populações em vulnerabilidade social?**

**Marcelo Neri** – É sempre difícil chegar ao pobre, em qualquer circunstância, mas principalmente com crédito, que não tem por objetivo dar boa oportunidade, mas sim fazer com que as pessoas aproveitem a boa oportunidade. A estrutura de programas que temos hoje cria facilidade em termos de infraestrutura, especialmente agora com o aplicativo de celular [em referência ao projeto lançado recentemente pelo governo federal para beneficiários do Bolsa Família], que dá escala e torna relativamente viável a utopia de chegar aos mais pobres. O problema do Brasil talvez seja de que estamos muito focados nos pobres e talvez devêssemos olhar para os 40% mais pobres e não para os 5%, que é o conceito de prosperidade partilhado das metas da Organização das Nações Unidas (ONU).

**Rumos – O senhor tem defendido que os governos devem assumir um papel mais enfático para proporcionar acesso ao mercado pelos mais pobres. Pode explicar como acredita que isso deve ser feito?**

**Neri** – O Bolsa Família está estruturado nos pilares de transferência de renda, acesso aos serviços públicos e de geração de renda e inclusão produtiva. Teríamos que pensar em um quarto pilar, de acesso ao mercado financeiro ou de bens, com a questão de defesa do consumidor, de educação financeira, porque estamos lidando com pessoas pobres, muitas com baixa educação. Nos últimos anos, especialmente durante a crise econômica mundial e também um pouco depois, demos os pobres aos mercados consumidores; falta agora dar "mercados decentes" aos pobres: dar possibilidade de escolha de poupança, de crédito, de seguro, por meio de ações estruturadas. Precisamos ser menos avessos e experimentar, tomando os cuidados necessários. Nesse sentido, os programas estaduais ou

municipais ligados ao Bolsa Família podem rapidamente construir essa infraestrutura e testar, ao invés de tentarmos acertar na escala do Brasil, e ver até que ponto o programa funciona, quais são os efeitos. Acho que essa é uma agenda em que o Brasil está muito atrás. Avaliamos pouco aquilo que fazemos.

**Rumos – Nos últimos anos, o senhor tem se dedicado à discussão sobre a classe média emergente brasileira. Como a crise que o país vive tem afetado esse segmento?**

**Neri** – Há três anos, publiquei um livro em que, com dados até 2009, fiz projeção para a classe média até 2014, e a economia teve brutal desaceleração nesse período. Mas, para minha surpresa, as projeções se revelaram até relativamente próximas, pois até 2014 o mercado de trabalho brasileiro permaneceu aquecido. Houve brutal reversão disso a partir de 2015, principalmente nas áreas metropolitanas, onde a renda está caindo 6,5% *per capita*, uma queda muito pior do que a do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, se olharmos para o Brasil como um todo, surpreendentemente a queda é pequena. Acredito que há crise metropolitana, em que a classe C e as classes A e B devem estar sofrendo reversões, mas no plano nacional estamos parecidos com a situação do fim dos anos 1990 – aquelas sucessivas crises externas russa, asiática, culminando na crise do real –, quando a pobreza nacional e a própria classe C não mudaram de patamar. O que é um bom resultado, dado que a situação está difícil. Na década de 1990, o nome cunhado foi "crise de desemprego metropolitana"; agora estamos voltando a viver isso. Em 1999 houve uma desvalorização real forte, então existem semelhanças com o quadro atual, mas acredito que hoje a situação é mais complicada por causa da questão política e da questão emocional ou subjetiva, que depende de confiança e de popularidade do governo eleito, algo que não está acontecendo.

Há, também, um sentimento da população e uma polarização da sociedade brasileira que acentua as dificuldades. Se olharmos em termos objetivos, a sociedade brasileira nunca foi tão pouco polarizada em termos de renda e educação, os dois lados da "Belíndia" estão mais próximos do que nunca estiveram, ainda que permaneçam muito separados. Mas em um sentido psicológico, no sentido da cabeça das pessoas, existe um antagonismo forte, que está se refletindo na parte política e na parte econômica. Vivermos uma tensão eleitoral no ano de eleição é muito custoso para o país, pois temos eleição de dois em dois anos, mas é natural. Agora, não dá para viver mais três anos nessa situação, o custo é muito alto. Acho que a nossa situação é muito complicada.

> **"[...] a sociedade brasileira nunca foi tão pouco polarizada em termos de renda e educação, os dois lados da "Belíndia" estão mais próximos do que nunca estiveram, ainda que permaneçam muito separados. Mas em um sentido psicológico, no sentido da cabeça das pessoas, existe um antagonismo forte [...]"**

**Rumos – Um dos efeitos mais graves da crise tem sido o aumento da taxa de desemprego, especialmente entre os mais jovens. O quanto esse dado o preocupa?**

**Neri** – O desemprego mais alto dos jovens é até comum, mesmo fora de momentos de crise, porque o jovem ainda não tem experiência, está em uma fase de experimentação, então tem dificuldades de encontrar emprego. O que preocupa mais é o aumento da taxa de desemprego em geral. Essa taxa mede um pouco a temperatura das frustrações, e essa é uma das frustrações entre os jovens. Existem poucas políticas para a juventude, e poucas políticas na escala do problema. Quando atacamos os desafios desse segmento, fazemos de maneira um pouco artesanal, sem testes. Isso é um problema, pois estamos com a maior juventude que o país já teve e jamais terá; o Brasil está no auge do bônus educacional e não consegue direcionar esses desafios.

**Rumos – Em 2014, o senhor afirmava que o Brasil era o espelho do mundo, em referência às desigualdades, mas também à ascensão recente. Continuamos como espelho e essa crise que estamos vivendo também reflete um pouco do que o mundo vive?**

**Neri** – Na fotografia sim, continuamos espelho; mas, se olharmos por um período maior, como em um filme, éramos muito próximos até 2013, a renda média brasileira era 94% da renda média mundial, o crescimento era de 3,5% e 3,6%, respectivamente; mas hoje o Brasil está pior do que o mundo em termos de movimento. A fotografia deve ser parecida porque não muda tanto, o Brasil acaba sendo uma boa fotografia, mas agora realmente o país descolou: neste momento de crise estamos crescendo menos do que o mundo.

*Marcelo Neri participou, junto com Milford Bateman, do Seminário ABDE sobre Microcrédito Produtivo Orientado. Confira a cobertura do evento na página ao lado.*

# Seminário debate papel do microcrédito

Renan Guilherme de Araújo Santos/BDMG

*Mesa de abertura do evento, com as presenças de Alexandre Comin (Sebrae), Marco Aurélio Crocco Afonso (BDMG), Milton Luiz de Melo Santos (Desenvolve SP-ABDE) e Luciano Schweizer (BID).*

Para discutir as experiências brasileiras de microcrédito e refletir sobre o papel desse mecanismo para o desenvolvimento econômico, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), com patrocínio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizou o Seminário de Microcrédito Produtivo Orientado, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte, no dia 23 de outubro.

O primeiro debate do evento foi mediado pelo presidente do BDMG e vice-presidente da ABDE, Marco Aurélio Crocco Afonso, com a participação dos economistas Marcelo Neri e Milford Bateman (ambos foram entrevistados pela *Rumos*, como o leitor conferiu nas páginas 34 a 38 desst edição).

Neri destacou a necessidade de avaliações e de alinhamento de inovações na concessão do microcrédito, indicando como bom exemplo o CrediAmigo, do Banco do Nordeste, considerado por ele o "Grameen brasileiro", em referência ao banco de microcrédito concebido pelo economista Muhammad Yunus em Bangladesh. Para o sucesso do microcrédito, Neri lembrou a importância do alinhamento entre os atores envolvidos, níveis de governo, apoios microempresariais e oferta de serviços financeiros.

O professor Milford Bateman, por sua vez, apresentou uma visão mais crítica sobre o microcrédito. De acordo com ele, o conceito de microcrédito é baseado em um equívoco, tendo em vista que a pobreza não é um problema de abastecimento, mas de demanda. Bateman afirmou que o mecanismo não pode ser encarado como alicerce de uma política verdadeira de desenvolvimento, pois ele não se sustenta no longo prazo.

**Política pública** – No segundo painel, mediado pelo gerente da unidade de acesso a mercados e serviços financeiros do Sebrae, Alexandre Comin, os professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Carlos Eduardo Carvalho, e da Universidade de Brasília (UnB), Franco de Matos, fizeram uma avaliação sobre o papel do microcrédito como política pública.

Para Carvalho, a concessão de microcrédito é uma política pública no Brasil porque o mercado financeiro não atende às necessidades dos mais pobres e porque as grandes instituições financeiras privilegiam atuações pró-cíclicas, seletivas e concentradoras. Carvalho defende que os subsídios públicos sejam explicitados de forma mais clara para a sociedade e que a mensuração de resultados seja ampliada.

Já Franco de Matos apresentou os resultados de uma pesquisa sobre a política e a atividade de microcrédito como instrumentos de geração de trabalho e renda e inclusão produtiva. O estudo identificou a necessidade de revisão e harmonização do marco legal da política de microcrédito e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). De acordo com Matos, a orientação aos empresários é tão importante quanto o acesso ao crédito.

**Experiência internacional** – O terceiro painel apresentou duas instituições financeiras latino-americanas e foi mediado pelo especialista líder da divisão de mercados de capitais em instituições financeiras do BID, Luciano Schweizer. Pedro Villabon Gonzalez, do Bancóldex, falou sobre a atuação do banco de desenvolvimento empresarial do governo colombiano, que possui 15% dos clientes da carteira classificados como microempresas e outros 37% como pequenas e médias. Ignacio Trigueros, do Bansefin, explicou como funciona o banco social do México, instituição que chega a comunidades onde outros bancos comerciais não têm presença e possui uma cobertura de serviços financeiros que atende 38% dos municípios mexicanos.

**Microcrédito no Brasil** – O secretário-executivo da ABDE, Marco Antonio de Araujo Lima, mediou o último painel, dedicado a instituições financeiras brasileiras que oferecem o microcrédito. Em um leque de várias modalidades distintas de instituições, participaram Paulo Antonio Ribeiro, do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); Paulo Roberto Monteiro, do BNDES; Manoel Neto, do Banco do Nordeste; Rodrigo Herval, da Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc); e Márcia Fernandes, do Banco do Brasil (BB). Eles explicaram sobre as características dos programas de microcrédito em suas instituições, quais são os desafios e os principais resultados já alcançados.

Todas as apresentações realizadas no seminário estão disponíveis no site da ABDE.

*Texto com colaboração de Wagner Concha (Comunicação BDMG).*